

NOÇÕES ELEMENTARES DO EMPIRISMO HUMEANO

Marco Antonio Conceição*

Resumo: *O objetivo deste artigo é apresentar três aspectos centrais na filosofia de David Hume. O primeiro, da classificação das percepções, o segundo, das possibilidades de conexões entre as idéias, e o terceiro, que expõe o conceito humeano daquele “instinto”, por ele denominado “costume ou hábito”, onde a repetição de conjunções, provenientes de sensibilidades, constituirá a base factual de uma doutrina baseada exclusivamente na experiência. Tendo a experiência como única forma de conhecimento, a partir dos objetos da razão ele chega ao fundamento de crença, desconsiderando a possibilidade de qualquer influência significativa da passagem do tempo.*

Palavras-chave: Percepções; Idéias; Associação; Causalidade; Hábito; Razão; Crença.

A filosofia de David Hume é, sobretudo, um tratado que, na recusa de “defender os decretos absolutos excluindo de Deus a autoria dos pecados” (HUME, 1999, p.106), propõe o exame da vida cotidiana, admitindo saber tratar-se de um “oceano tão ilimitado de dúvidas, de incertezas e de contradições”. (HUME, 1999, p.106)

A afirmação de que “não há idéias que não decorram de impressões” é uma proposição elementar e circunstancial nas investigações humeanas. Usando de liberdade conceitual ao empregar a denominação “impressões” de maneira menos comum, o filósofo escocês pretende diferenciar as percepções “mais vivas”, adquiridas às experiências sensíveis em ato, daquelas “menos vivas”, as “idéias”, que são produtos da rememoração de experiências dos sentidos ou de emoções compartilhadas. Vejamos por Hume, a definição proposta ao termo “impressão”:

Pelo termo *impressão*, entendo, pois, todas as nossas percepções mais vivas, quando ouvimos, vemos, sentimos, amamos, odiamos, desejamos ou queremos. E as impressões diferenciam-se das idéias, que são as impressões menos vivas, das quais temos consciência, quando refletimos sobre quaisquer sensações ou dos movimentos acima mencionados. (HUME, 1999, p.36)

Para Hume, o pensamento humano, que a princípio parece ser dotado de um poder ilimitável, capaz de criar até mesmo o que não foi experimentado pelos sentidos, quando submetido à investigação mais crítica, revelar-se-á resultado contido a simples experimentos de comparação, combinação, transposição, ampliação ou redução de informações, construídas a partir de experiências dos sentidos. Para o filósofo, “(...) todas as nossas idéias ou percepções mais fracas são cópias de nossas impressões ou percepções mais vivas”. (HUME, 1999, p. 37).

A própria idéia de Deus, como ser referencial de valores como: inteligência, sabedoria e bondade, “(...) nasce da reflexão sobre as operações de nosso próprio espírito, quando aumentamos indefinidamente as qualidades de bondade e de sabedoria”. (HUME, 1999, p.36). Isso tornaria possível, portanto, que qualquer pensamento ou idéia, por mais complexos que pareçam à primeira vista, sempre estejam passíveis à redução “... simples como eram as cópias de sensações precedentes”. (HUME, 1999, p.37)

* Bacharelado em Filosofia pela UCSal

Tudo o que sabemos e conhecemos, decorreria, para Hume, da associação de idéias, que cresceriam em complexidade e perderiam em força, na medida em que se distanciavam de suas originárias “impressões”. Entretanto, encontramos nos escritos humeanos dois conceitos que parecem distintos da “associação de idéias”. No primeiro, o filósofo para dizê-la afirma:

Fossem as idéias inteiramente soltas e desconexas, apenas o acaso as juntaria; e seria impossível que as mesmas idéias simples se reunissem de maneira regular em idéias complexas (como normalmente fazem) se não houvesse algum laço de união entre elas, alguma qualidade associativa, pela qual uma idéia naturalmente introduz outra. (HUME, 2000, p.34)

Semelhança, contigüidade no tempo ou no espaço, e causa e efeito são para Hume, os possíveis princípios de conexões entre idéias que dariam origem a essa qualidade associativa. Para o filósofo escocês, todos os raciocínios que se referem a questões de fato parecem possuir fundamento na relação de *causa e efeito*. Até mesmo, o contraste ou contrariedade, uma possível forma de conexão entre idéias, reduzir-se-ia à concomitante associação de causalidade e semelhança. A oposição entre dois seres produziria por um a destruição do outro. E à idéia de destruição de um ser, decorreria necessariamente da idéia de sua existência em outro tempo.

Hume, entretanto, apresenta a este primeiro conceito de “associação de idéias”, uma exceção que, segundo ele, “... apenas digna de consideração...” (HUME, 1999, p.37), não deve modificar a regra que sustenta a impossibilidade do surgimento de idéias, como não oriundas de suas correspondentes impressões. Ele explica e exemplifica como segue:

(...) uma pessoa que gozou do uso de sua visão durante trinta anos e se tornou perfeitamente familiarizada com cores de todos os gêneros, exceto com um matiz particular do azul, por exemplo, que nunca teve a sorte de ver. Coloquei todos os diferentes matizes daquela cor, exceto aquele único, defronte daquela pessoa, decrescendo gradualmente do mais escuro ao mais claro. Certamente, ela perceberá um vazio onde falta este matiz, terá o sentimento de que há uma grande distância naquele lugar, entre as cores contíguas, mais do que em qualquer outro... isto pode servir de prova que as idéias simples nem sempre derivam das impressões correspondentes...(HUME, 1999, p.38)

Contudo, como foi citado anteriormente e ainda no *Tratado da Natureza Humana*, ocorre na terceira parte, uma exposição e investigação, por Hume, de um princípio de associação entre as idéias, que parece inicialmente não decorrer da mesma origem do anterior e que poderia ser considerado um novo princípio. Afirma o filósofo:

É verdade que existe um princípio de união entre idéias que, à primeira vista, pode ser considerado diferente desses; mas veremos que no fundo, ele depende da mesma origem. Quando a experiência mostra que todos os indivíduos de uma espécie de objetos estão constantemente unidos com os indivíduos de outra espécie, o aparecimento de um novo indivíduo pertencente a uma das duas espécies leva naturalmente o pensamento àquele que usualmente o acompanha. (HUME, 2000, p.121-122)

Ocorre neste princípio de associação de idéias, tão somente, para David Hume, uma vinculação da idéia particular à sua correspondente palavra particular. Através dos sentidos, o indivíduo de uma espécie de objeto seria percebido e somente isso já seria suficiente à produção

da correspondente idéia e é “... quase impossível à mente, por mais que se esforce impedir esta transição.” (HUME, 2000, p.122)

Contudo, admite Hume, que nesse caso, um som particular que nos chegue aos ouvidos, por exemplo, não desencadearia em nós a necessidade de reflexão de uma experiência vivida, pois a idéia e o som estariam necessária e comumente ligados. Essa reflexão seria suprida pela própria imaginação que “... está tão acostumada a passar da palavra à idéia que não deixa transcorrer um só momento entre a audição de uma e a concepção da outra.” (HUME, 2000, p.122)

A isso, aduz Hume:

Embora eu reconheça que esse é um verdadeiro principio de associação entre idéias, afirmo, porém, que ele é exatamente o mesmo que vigora para as idéias de causa e efeito, e que constitui uma parte essencial de todos os nossos raciocínios baseados nessa relação. A única noção que temos de causa e efeito é a de certos objetos que existiriam *sempre conjuntamente*, e que, em todos os casos passados, mostram-se inseparáveis. Não podemos penetrar na razão da conjunção. Apenas observamos o próprio fato e vemos sempre que, em consequência de sua conjunção constante, os objetos adquirem uma união na imaginação. Quando a impressão de um deles se torna presente a nós, formamos imediatamente uma idéia daquele que comumente o acompanha; em consequência disso, podemos estabelecer como parte da definição de uma opinião ou crença que está é uma idéia relacionada ou associada com uma impressão presente. (HUME, 2000, p.122)

Nas operações do entendimento, as *relações de idéias* e as *questões de fato ou existência*, constituem, para Hume, os possíveis gêneros dos objetos da razão. Ao conjunto que compreende as relações entre idéias, está inclusa “... toda a afirmação que é intuitivamente ou demonstrativamente certa...” (HUME, 1999, p.36) Tratam-se de proposições que, conectando idéias independentes da existência real e concreta, como são os casos específicos da geometria, da álgebra e da matemática, apresentam verdades inquestionáveis sem nunca haverem existido de fato.

O fato, além de determinado de outra forma, não nos verificaria, para o filósofo, evidência de verdade equivalente às relações de *idéias*. Ele possui toda sua estrutura erguida e fundamentada nas relações de causa e efeito, e apenas por meio delas, ultrapassaria as *impressões e idéias*. Estas, através dos sentidos construíram os dados de nossa memória. Na *Investigação Acerca do Entendimento Humano*, esta questão é tratada por Hume, como segue:

(...) se os argumentos nos levaram a confiar na experiência e fazê-la padrão de nosso juízo futuro, deveremos considerá-los apenas prováveis, isto é, referentes às questões de fato e de existência real... e que todas as nossas conclusões experimentais decorre da suposição que o futuro estará em conformidade com o passado. Portanto, tentar provar a última conjetura, por argumentos prováveis, por argumentos referentes à existência, consiste, certamente, em girar num círculo e dar por admitido o que precisamente se problematiza. (HUME, 1999, p. 55-56)

Existiria, para Hume, uma conexão entre um fato presente e o dele decorrente, de menor ou maior distância, direta ou não. Entretanto, “... todo efeito é um evento distinto de sua causa.” (HUME, 1991, p.51) e imaginá-lo antes da experiência seria tomá-lo à sorte, face que, para a razão, outros efeitos seriam possíveis.

Portanto, cientes de que todos os raciocínios sobre os fatos decorrem de uma relação de causa e efeito e que estes possuem fundamento na experiência, resta-nos agora adentrar ao terceiro aspecto central do empirismo humeano. Este propõe fundamentar as conclusões derivadas da experiência.

Insistindo na investigação cética, Hume agora tentará mostrar que qualquer conclusão que advinha das experiências de *causa e efeito*, base das *questões de fato*, não está de nenhuma forma fundada sobre raciocínios ou sobre qualquer outro processo de entendimento. Para ele, “sempre presumimos quando vemos qualidades sensíveis análogas que elas têm poderes ocultos análogos, e esperamos que a estas seguirão efeitos semelhantes àqueles que já temos experimentado.” (HUME, 1991, p.54), contudo, afirma “... não há conexão entre qualidades sensíveis e poderes ocultos.” (HUME, 1991, p.54) e por mais longos períodos de tempo, que tenham se repetido experiências passadas, a estes períodos estariam limitados os conhecimentos neles adquiridos.

Parece claro e definitivo em Hume, que toda experiência do homem adquirida na história da espécie, não seria em momento algum, fruto de alguma idéia ou conhecimento de poder oculto. Um poder capaz de determinar a formação de conhecimento a partir da mente humana. Ocorreria sim, um princípio por ele denominado “costume ou hábito”. Este possuiria sua base de força e poder na frequência da relação causal. Diz Hume:

O costume é, pois, o grande guia da vida humana. É o único princípio que torna útil nossa experiência e nos faz esperar, no futuro, uma série de eventos semelhantes àqueles que apareceram no passado. Sem a influência do costume, ignoraríamos completamente toda questão de fato que está fora do alcance dos dados imediatos da memória e dos sentidos. Nunca poderíamos saber como ajustar os meios em função dos fins, nem como empregar nossas faculdades naturais para produção de um efeito. Seria, ao mesmo tempo, o fim de toda ação como também de quase toda especulação. (HUME, 1991, p.63)

As considerações de David Hume até aqui apresentadas mostram que até mesmo a segurança do conhecimento sobre a realidade de fatos, que ocorreram em tempos passados, no além de nossa memória e de nossa experiência sensível, possuem sua estrutura firmada sobre um fato primeiro. Um primeiro fato que estaria necessariamente presente aos sentidos ou à memória, a qual para o filósofo é formada a partir de experiências dos sentidos. Pelo contrário, tratar-se-iam de raciocínios meramente hipotéticos.

Para Hume, “... seja qual for o modo como estes elos particulares estejam ligados entre si, toda a cadeia de inferência não teria nada que lhe servisse de apoio e jamais por meio dela poderíamos chegar ao conhecimento de uma existência real.” (HUME, 1999, p.63). Portanto, a razão do relato de um fato qualquer, sempre estaria calcada em outro fato, terminando “... por um fato presente a vossa memória ou aos vossos sentidos...” (HUME, 1999, p. 63) e este fundamentaria nossa crença. A crença é, em Hume:

(...) uma operação da alma tão inevitável tanto como quando nos encontramos em determinada situação para sentir a paixão do amor quando recebemos benefícios; ou a de ódio quando nos defrontamos com injustiças. Todas estas operações são uma espécie de instinto natural que nenhum raciocínio ou processo do pensamento e do entendimento é capaz de produzir ou de impedir. (HUME, 1999, p.64)

A partir deste ponto, as investigações de David Hume seguem na perspectiva de examinar mais minuciosamente a natureza desta *crença* e desta *ação costumeira*, na proposta de atender às exigências dos amantes das ciências abstratas, que para ele, insistem em “... conservar certo grau de dúvida e de incerteza...” (HUME, 1999, p. 63), mesmo diante de irrefutáveis considerações.

REFERÊNCIAS

HUME, David. *Investigação Acerca do Entendimento Humano, Os Pensadores*. S.P., Nova Cultural, 1999.

_____. *Tratado da Natureza Humana*. S.P., Ed. UNESP, 2000